

CERCIPOVOA - Coop. Educ. Reab. C. Inadaptadas, CRL
NIPC: 500 708 177
 Rua Morgado da Póvoa, Lote 1
 Quinta da Piedade, 2ª fase
 2625-229 POVOA STA IRIA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: Valores em euros

		DATAS	
	NOTAS	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		4 403 055,03	4 582 143,56
Investimentos financeiros		2 216,70	6 848,43
		4 405 271,73	4 588 991,99
Activo corrente			
Clientes		98 826,17	100 558,03
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Outras contas a receber		33 924,24	13 318,57
Diferimentos		15 884,21	8 577,85
Caixa e depósitos bancários		69 841,58	95 469,21
		218 476,20	217 923,66
Total do activo		4 623 747,93	4 806 915,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		3 300,00	3 300,00
Reservas		42 947,24	42 947,24
Resultados transitados		-1 438 664,33	-1 462 019,81
Excedentes de revalorização		3 199 240,21	3 199 240,21
Outras variações nos fundos patrimoniais		850 460,74	1 026 206,86
		2 657 283,86	2 809 674,50
Resultado líquido do período		368 613,54	23 355,48
Total do fundo de capital		3 025 897,40	2 833 029,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		79 166,86	86 749,71
Financiamentos obtidos		859 770,73	1 023 187,18
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		938 937,59	1 109 936,89
Passivo corrente			
Fornecedores		125 154,12	79 811,64
Estado e outros entes públicos		62 197,49	155 921,14
Financiamentos obtidos		193 244,34	148 475,30
Diferimentos		7 646,48	6 876,48
Outras contas a pagar		270 670,51	472 864,22
		658 912,94	863 948,78
Total do passivo		1 597 850,53	1 973 885,67
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 623 747,93	4 806 915,65

A Direcção

O Contabilista Certificado (5594)

João António Gonçalves
 CERCIPVOA
 COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO
 CIDADÃOS INADAPTADOS, CRL

João Costa, 1/1/18

CERCIPOVOA - Coop. Educ. Reab. C. Inadaptadas, CRL
NIPC: 500 708 177
 Rua Morgado da Póvoa, Lote 2
 Quinta da Piedade, 2ª fase
 2625-299 POVOA STA IRIA

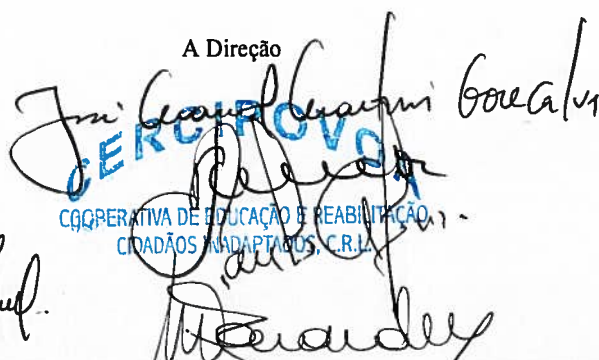
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: Valores em euros

NOTAS	DATAS	
	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	432 800,55	427 918,60
Subsídios, doações e legados à exploração	1 947 339,02	1 660 743,97
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11 086,50	30 373,28
Fornecimentos e serviços externos	559 225,19	570 368,34
Gastos com o pessoal	1 622 168,63	1 656 155,60
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	9 015,26
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	-11 628,00
Outros rendimentos e ganhos	446 356,68	452 794,71
Outros gastos e perdas	21 190,27	22 921,63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	612 825,66	264 251,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	194 262,85	193 469,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	418 562,81	70 781,19
Juros e rendimentos similares obtidos	6,64	6,64
Juros e gastos similares suportados	49 955,91	47 432,35
Resultados antes de impostos	368 613,54	23 355,48
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultado líquido do período	368 613,54	23 355,48

A Direção

O Contabilista Certificado (5594)

Im. Leopoldo Gomes

 COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO
 CIDADÃOS INADAPTADOS, C.R.L.

Paulo Costa, 1/1/12



Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do exercício de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	11
5	Ativos Fixos Tangíveis	11
6	Locações.....	13
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	13
8	Rédito.....	14
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	14
10	Benefícios dos empregados	15
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	15
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
13	Outras Informações	16
13.1	Investimentos Financeiros	16
13.2	Clientes e Utentes.....	17
13.3	Fundadores/doadores/associados	17
13.4	Outras contas a receber.....	17
13.5	Diferimentos	18
13.6	Caixa e Depósitos Bancários	18
13.7	Fundos Patrimoniais	18
13.8	Fornecedores	19
13.9	Estado e Outros Entes Públicos	19
13.10	Outras Contas a Pagar	19
13.11	Subsídios, doações e legados à exploração	20
13.12	Fornecimentos e serviços externos	20
13.13	Outros rendimentos e ganhos	21
13.14	Outros gastos e perdas	21
13.15	Resultados Financeiros	22
13.16	Acontecimentos após data de Balanço	22

1 Identificação da Entidade

A “CERCIPOVOA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública em 12 de maio de 1977, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública em Diário da República n.º 243, Série II, de 22 de outubro de 1991, tendo os estatutos sido publicados no Diário da República n.º 241, Série III, de 15 de outubro de 1999, com sede na Rua Morgado da Póvoa, n.º 1 (Quinta da Piedade 2ª Fase), na Póvoa de Santa Iria. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Educação, reabilitação e integração de crianças inadaptadas, sensibilizar e mobilizar todas as pessoas para os aspetos relacionados com a educação e reabilitação dos alunos utentes da Cercipóvoa, sobretudo docentes, pais e outros cooperantes.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	8 a 20
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 e 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos /doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins

que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Unid.: euros

Unid.: euros

	2018					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	6.895.923,35	9.216,76				6.905.140,11
Equipamento básico	223.852,41	2.621,41				226.473,82
Equipamento de transporte	345.828,40	3.336,15			4.100,00	353.264,55
Equipamento administrativo	237.693,27	0,00				237.693,27
Outros Ativos fixos tangíveis	12.587,57	0,00				12.587,57
Ativos Fixos tangíveis em curso	0,00	0,00				0,00
Total	7.715.885,00	15.174,32	0,00	0,00	4.100,00	7.735.159,32
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.364.990,82	176.909,31				2.541.900,13
Equipamento básico	199.716,14	8.646,38				208.362,52
Equipamento de transporte	325.556,57	6.349,88			4.100,00	336.006,45
Equipamento administrativo	233.944,45	2.357,28				236.301,73
Outros Ativos fixos tangíveis	9.533,46	0,00				9.533,46
Total	3.133.741,44	194.262,85	0,00	0,00	4.100,00	3.332.104,29

Nota: em 2018, registou-se em termos contabilísticos, pelo valor de mercado, a viatura ligeira de passageiros Mercedes Smart com a matrícula: 79-53-VU e a viatura comercial Toyota Dyna com a matrícula: IV-91-83 doadas à CERCIPOVOA em anos anteriores. Os valores das viaturas constam na coluna Revalorizações do mapa anterior. Durante o ano substituiu-se o depósito de acumulação de água quente, do sistema de aquecimento central, visto que o anterior se encontrava com fissuras impossíveis de reparar, no valor de 9.217 euros e adquiriram-se 8 cadeirões ortopédicos para os utentes, no valor de 2.621 euros e um motor para uma viatura de passageiros, com a matrícula 80-33-NI, no valor de 3.336 euros.

	2017					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	6.879.052,53	16.870,82				6.895.923,35
Equipamento básico	223.852,41	0,00				223.852,41
Equipamento de transporte	341.308,11	4.520,29				345.828,40
Equipamento administrativo	233.852,68	3.840,59				237.693,27
Outros Ativos fixos tangíveis	10.742,57	1.845,00				12.587,57
Ativos Fixos tangíveis em curso	0,00	0,00				0,00
Total	7.688.808,30	27.076,70	0,00	0,00	0,00	7.715.885,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.188.541,85	176.448,97				2.364.990,82
Equipamento básico	190.932,20	8.783,82				199.716,14
Equipamento de transporte	319.484,66	6.071,91				325.556,57
Equipamento administrativo	231.779,29	2.165,16				233.944,45
Outros Ativos fixos tangíveis	9.533,46	0,00				9.533,46
Total	2.940.271,46	193.469,86	0,00	0,00	0,00	3.133.741,44

Nota: em 2017, efetuou-se a substituição do pavimento dos arrumos, realizou-se a reparação da bomba da piscina, adquiriu-se um motor para viatura 60-BO-54, o relógio de ponto e plantas de emergência e colocaram-se divisórias em alumínio no lar e sala multiusos

6 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	25.442,60	25.442,60	0,00	25.442,60	25.442,60	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	25.442,60	25.442,60	0,00	25.442,60	25.442,60	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	139.941,06	585.269,96	725.211,02	101.172,02	680.492,34	781.664,36
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo do FRSS	47.303,28	236.516,54	283.819,82	47.303,28	283.819,86	331.123,14
Outros Empréstimos	6.000,00	37.984,23	43.984,23	0,00	58.874,98	58.874,98
Total	193.244,34	859.770,73	1.053.015,07	148.475,30	1.023.187,18	1.171.662,48

- Dados dos empréstimos bancários:

Empréstimo Conjunto: BPG e BES / Valor inicial: 700.000,00 euros / início: 23/jan/2012 término: 23/dez/2021 – empréstimo liquidado em agosto de 2017;

Empréstimo RCI Banque: valor em dívida a 31/12/2018: 1.925,08.euros;

Empréstimo BES (Novo Banco): valor em dívida a 31/12/2018: 770,93 euros;

Empréstimo BPI / Valor inicial: 800.000,00 euros / Início: 24/08/2017. Términos: 23/08/2025 – valor em dívida a 31/12/2018: 677.515,01 Euros;

Livrança BPI / Valor inicial 75.000,00 euros / valor em dívida 31/12/2018: 45.000,00 euros;

Empréstimo FRSS: valor em dívida em 31/12/2018: 283.819,82 euros

- Outros empréstimos: FENACERCI

8 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes R ditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	7.398,00	15.366,30
Prest��o de Serviços		
Quotas de utilizadores	295.779,51	285.905,97
Quotas e jóias	4.979,95	5.777,96
Serviços secundários	124.643,09	120.868,37
Juros	6,64	6,64
Total	432 807,19	427 925,24

- Vendas: nesta rubrica encontram-se registadas as vendas de pirilampos, que decresceram cerca de 51,9% de 2017 para 2018, na seqüência do abandono da venda de "rua".

- Matrículas e mensalidades: o acréscimo, na ordem dos 10.000 euros, registado nesta rubrica, face a 2017, ficou a dever-se essencialmente ao aumento do n  médio de utentes em CAO e ATL, assim como ao aumento do valor médio das mensalidades cobradas nas valências de CAO e Lar.

- Serviços secundários: regista os valores de ATL externo e AAAF. A variação positiva, de 2017 para 2018, resultou do amento do n  de utentes em ATL externo.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
ISS	1.184.418,54	1.194.906,36
DGEST (DREL)	257.170,30	389.398,97
Autarquias	69.408,18	48.590,64
Fundo de Socorro Social	400.000,00	0,00
Outros	36.342,00	27.848,00
Total	1.947.339,02	1.660.743,97

- O valor dos subsídios do ISS, em termos gerais, decresceu ligeiramente (-0,1%), comparativamente com 2017, devido essencialmente   redução em cerca de 32.000 euros do subsídio da Cantina Social, uma vez que os subsídios para destinados às valências aumentaram cerca de 22.000 euros;

- Os subsídios da DGEST, no período em  n lise, decresceram significativamente tendo por base dois fatores distintos: por um lado assistiu-se a uma variação negativa do número de utentes em CASE, face ao ano anterior e por outro, por opção estratégica, a Cercip voa solicitou, junto do Ministério da Educação, a redução do acordo de cooperação do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) para o ano letivo de 2017/2018;

- O acréscimo significativo registado na rubrica das Autarquias ficou a dever-se, essencialmente, ao recebimento de um subsídio da Câmara Municipal de Loures, no valor de 13.860 euros, e da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos no valor 3.600,00 euros. A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, através do PAMA, subsidiou cerca de 52.000,00 euros;
- No início de 2018 a Instituição recebeu um subsídio não reembolsável, através do Fundo de Socorro da Segurança Social, no valor de 400.000,00 euros;
- A rubrica "Outros" inclui o pagamento dos AAAF's por parte das Associações de Pais e Encarregados de Educação. A variação positiva verificada nesta rubrica ficou a dever-se ao aumento do número de sala de AAAF.

10 Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	1 208 451,76	1 330 292,57
Indemnizações	122 015,89	16 941,86
Encargos sobre as Remunerações	265 031,27	293 767,46
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	19 713,14	10 417,15
Outros Gastos com o Pessoal	6 956,57	4 736,56
Total	1 622 168,63	1 656 155,60

- O decréscimo verificado na rubrica de gastos com pessoal (-9%) resultou da estratégia de reestruturação dos Recursos Humanos da Instituição, iniciada no final de 2017, com impacto significativo sobre as "Remunerações ao Pessoal" e consequentemente nos "Encargos sobre remunerações";
- A rubrica "Outros Gastos com Pessoal" inclui os gastos com o Complemento de Subsídio de doença, no valor de 2.628 euros, medicina no trabalho no valor de 2.919 euros e 835 euros de formação.

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	79.089,81	0,00	0,00	79.089,81
Total	79.089,81	0,00	0,00	79.089,81

Tendo por base a notificação da ACT, recebida em novembro de 2016, referente ao pagamento dos créditos laborais em dívida aos trabalhadores, respetivas contribuições para Segurança Social e coima, reconheceram-se provisões no valor de 90.717,81 euros. Em 2017, com o pagamento da coima 11.628 euros, reduziu-se a provisão naquele montante.

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	5.024,94
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	5.024,94
Outros Investimentos Financeiros	2.216,70	1.823,49
Fundo de compensação do trabalho	2.216,70	1.823,49
Total	2.216,70	6 848,43

Os investimentos financeiros dizem respeito à participação financeira na sociedade CERCIPOVOA Serviços, Unipessoal, Lda., pessoa coletiva nº 507887883. A referida sociedade não teve qualquer atividade desde 2009 e o processo de dissolução e liquidação foi finalizado em 2018.

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	10.381,97	10.683,25
Utentes	206.629,55	207.678,16
Perdas por imparidade	- 117.803,38	- 117.803,38
Sócios	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	99.508,14	100.558,03

13.3 Fundadores/doadores/associados

A rubrica de “Fundadores/doadores/associados”, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava a seguinte repartição:

Descrição	2018	2017
Quotas de Sócios	104.991,59	104.991,59
Perdas por imparidade (quotas 2010/11/12)	- 73.791,11	- 73.791,11
Perdas por imparidade (quotas 2013)	- 31.200,48	- 31.200,48
Total	0,00	0,00

13.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros Devedores	18.283,44	10.127,77
Devedores por acréscimos de rendimentos	10.240,00	2.790,00
Adiantamentos ao pessoal	5.000,00	0,00
Outros	400,80	400,80
Total	33.924,24	13.318,57

No ano de 2018, o saldo da rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos”, é constituído por: 9.750,00 euros, referente à comparticipação da APEE-PSI das AAAF dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, valor que só foi recebido em janeiro de 2019.

Relativamente a 2017, o saldo da rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos”, é constituído por: 2.790 euros referente a refeições do mês de dezembro de 2017, da Cantina Social.

13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros antecipados	9.428,79	4.447,16
Outros gastos a reconhecer	6.455,42	4.130,69
Total	15.884,21	8.577,85
Rendimentos a Reconhecer		
Outros rend. a reconhecer	7.646,48	6.876,48
Total	7.646,48	6.876,48

Em 2018 encontrava-se registado em "Outros gastos a reconhecer", o valor referente a 2019, que será pago à SEA pelos serviços prestados de AEC's. A contrapartida, de igual montante, está registada na rubrica "Outros rendimentos a reconhecer", valor esse que será recebido da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Esta rubrica inclui ainda 1.191 euros, recebidos antecipadamente, respeitantes aos meses de julho/agosto de ATL.

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	2.124,79	1.100,34
Depósitos à ordem	63.316,79	89.968,87
Depósitos a prazo	4.400,00	4.400,00
Outros	0,00	0,00
Total	69.841,58	95.469,21

13.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Reservas	42.947,24	0,00	0,00	42.947,24
Resultados transitados	- 1.462.019,81	23.355,48	0,00	- 1.438.664,33
Excedentes de revalorização	3.199.240,21	0,00	0,00	3.199.240,21
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.026.206,86	0,00	175.746,12	850.460,74
Total	2.809.674,50	23.355,48	175.746,12	2.657.283,86

As variações verificadas na rubrica "Resultados Transitados" respeitam, à integração do Resultado Líquido de exercício de 2017 (+ 23.355,48 euros).

A diminuição da rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" está relacionada com a amortização anual dos subsídios ao investimento, recebidos da Segurança Social, CM VFX e mecenias, para a construção do Edifício, assim como, para a aquisição de viatura e conservação e reparação de edifícios. É proporcional ao valor das respetivas amortizações do exercício.

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	125.154,12	79.811,64
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	125.154,12	79.811,64

De referir que, a dívida total a fornecedores aumentou de 2017 para 2018, por via do acréscimo da dívida ao fornecedor de refeições ICA.

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Outros rendimentos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Passivo não corrente		
Segurança Social	79.166,86	86.749,71
Total	79.166,86	86.749,71
Passivo Corrente		
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singulares (IRS) / IVA	9.481,92	32.476,66
Segurança Social	31.386,03	103.048,41
Segurança Social (Processo ACT)	20.396,07	20.396,07
Total	62.197,49	155.921,14

13.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		69.176,30		250.200,67
Fornecedores de Investimentos		9.101,94		9.101,94
Credores por acréscimo de gastos		187.983,19		207.374,96
Outros credores		3.741,28		5.518,85
Total	0,00	270.002,71	0,00	472.196,42

- Em 2017 a rubrica "Remunerações a pagar" incluía 191.506,93 euros referentes aos subsídios de férias de 2015, 2016 e 2017 e 58.693,74 euros de acordo com a 1ª notificação da ACT inerente às dívidas a alguns colaboradores.

No exercício de 2018, o valor constante na rubrica "Credores por acréscimos de gastos" respeita a gastos com férias e subsídio de férias de 2018, que serão pagos em 2019.

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio e doações:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.910.997,02	1.632.895,97
Subsídios de outras entidades	36.342,00	27 848,00
Total	1.947.339,02	1.660.743,97

A rubrica "Subsídios do Estado e outros entes públicos", encontra-se discriminada no ponto 9 deste Anexo.

13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	248.736,93	247.518,65
Trabalhos especializados	40.054,60	36.775,29
Honorários	56.990,35	50.899,08
Conservação e reparação	17.860,63	22.053,13
Encargos com saúde utentes	6.377,19	5.906,24
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	4.290,95	9.441,54
Material de escritório	2.833,32	2.170,56
Material didático / Ativ. Ocupacionais	7.809,19	6.688,73
Eletricidade	29.458,77	29.988,55
Combustíveis	24.101,14	22.676,64
Água	9.834,08	14.304,62
Gás	50.242,52	52.535,54
Deslocações, estadas e transportes	8.328,59	14.574,23
Rendas e alugueres	1.107,00	1.107,00
Comunicação	9.269,60	9.794,14
Seguros	12.352,35	11.022,33
Limpeza higiene e conforto	12.461,85	14.293,75
Outros serviços	17.116,13	18.618,32
Total	559.225,19	570.368,34

- Subcontratos: regista, essencialmente, o serviço de refeições efetuado pela empresa ICA;
- Trabalhos especializados: inclui os serviços de AEC's, manutenção de extintores, contratos de manutenção informática e, a partir de 2018, passou a incluir o serviço de preparação da medicação (blister's). Em 2017 foi ainda registado nesta rubrica a elaboração de um relatório de viabilidade económico/financeira, pela empresa Euroconsult, no valor de 5.904 euros e a elaboração das Medidas de Auto Proteção, no valor de 2.583 euros;
- Honorários: a rubrica apresenta um acréscimo devido ao aumento do nº de pessoas a prestar serviços de apoio ao fornecimento de alimentação nas escolas;
- Conservação e reparação: a diminuição verificada em 2018, face a 2017, ficou a dever-se, essencialmente, ao decréscimo das despesas com reparação de viaturas (-6.386 euros), embora tenhamos que considerar

3.336 euros referentes à aquisição de um motor, para a viatura Toyota mat. 80-33-NI, que foram registados na conta de AFT. De referir que, cerca de 8.500 euros, estão relacionados com a manutenção de equipamentos, nomeadamente, caldeira e elevadores;

- Ferramentas e utensílios de desgaste rápido: a redução significativa face ao ano anterior justifica-se pela aquisição extraordinária de diverso material em 2017, nomeadamente, material informático e vídeo para o CAO, no âmbito do protocolo com o Hospital de VFX e aquisição de colchões para o Lar;

- Material de escritório: inclui, entre outros, os gastos com as fotocopiadoras e manutenção do sistema de registo de ponto;

- Deslocações, estadas e transportes: o decréscimo verificado nesta rubrica ficou a dever-se à redução do pagamento de deslocações em viatura própria (CRI) e ajudas de custo;

- Outros serviços: inclui cerca de 9.000 euros de gastos com colónias de férias e atividades recreativas.

13.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	251.832,00	255.318,08
Outros rendimentos e ganhos	194.524,68	197.476,63
Total	446.356,68	452.794,71

- Rendimentos Suplementares: esta rubrica inclui o valor fornecimento de refeições às escolas, por via do protocolo com Câmara Municipal de VFX, que atingiu os 216.350 euros e a compensação de gastos, por parte da Soc. Euterpe Alhandrense, relativa ao consumo de gás, água e eletricidade, assim como as rendas de cedência de exploração dos equipamentos, que perfazem, no total, 35.082 euros.

- Outros rendimentos e ganhos: cerca de 90% desta rubrica respeita à imputação de subsídios ao investimento. Desta rubrica constam ainda os donativos (incluindo os donativos em espécie) que em 2018 atingiram os 7.410 euros, 0,5% da consignação de IRS 2016 e restituição de 50% do IVA das refeições, no valor total de 8.769 euros.

13.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.330,31	2.404,28
Gastos em associadas	148,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	19.711,96	20.517,35
Total	21.190,27	22 921,63

A rubrica "Outros Gastos e Perdas", inclui cerca de 13.500 euros e 5.200 euros, de 2018 e 2017 respetivamente, relativos a correções de exercícios anteriores.

Em 2018, concluída a dissolução e liquidação da Sociedade CERCIPOVOA Serviços, Unipessoal Lda., registou-se como gasto de exercícios anteriores a anulação da Participação Financeira, no valor de 5.000 euros. No ano, foi ainda paga uma coima à ACT, no valor de 2.586 euros, referente ao processo entreposto por alguns colaboradores e sindicato respeitante a progressões na carreira e diuturnidades.

No ano anterior, a coima paga à ACT, relativa ao referido processo, foi de 11.628 euros.

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	46.096,81	39.623,09
Outros gastos e perdas de financiamento	3.859,10	7.809,26
Total	49.955,91	47.432,35
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6,64	6,64
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	6,64	6,64
Resultados Financeiros	-49.949,27	- 47.425,71

O aumento verificado na rubrica de "Juros suportados", de 2017 para 2018, deveu-se à obtenção de um financiamento de curto prazo, junto do banco BPI, sob a forma de livrança e aos juros dos acordos com a Segurança Social.

Os Outros gastos e perdas de financiamento apresentaram um valor mais elevado em 2017, por via dos custos com a obtenção do empréstimo de médio longo prazo do BPI, nomeadamente, comissões de avaliação do imóvel e montagem de operação.

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018, com exceção do abaixo indicado.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, foi conhecido mais um parecer de uma conceituada firma de Advogados que indica que a Cooperativa apenas tem de reconhecer, em simultâneo, as progressões na carreira e as diuturnidades até final de 2016. Face ao exposto estima-se que a dívida aos colaboradores ascenda a cerca de 240.000 euros, acrescido dos encargos com a Segurança Social.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 14 de março de 2019.

A Direção

João Manuel Gonçalves

CERCIPOVOA
COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO
CIDADAOS INADAPTADOS, C.R.L.

[Signature]

[Signature]

O Contabilista Certificado (5594)

Paul Costa, Hº 2

CERCIPOVOA - Coop. Educ. Reab. C. Inadaptadas, CRL

NIPC: 500 708 177

Rua Morgado da Póvoa, Lote 1

Quinta da Piedade, 2ª fase

2625-229 POVOA STA IRJA

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Moeda : Valores em Euros

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		459 460,12	491 682,13
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		558 617,28	888 293,64
Pagamentos ao pessoal		1 272 022,41	1 018 998,57
Caixa gerada pelas operações		-1 371 179,57	-1 415 610,08
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-140 206,01	-123 221,99
Outros recebimentos/pagamentos		1 669 402,74	1 169 357,23
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		158 017,16	-369 474,84
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		11 838,17	2 470,61
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		6,64	6,64
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-11 831,53	-2 463,97
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		75 000,00	800 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		194 631,64	410 457,27
Juros e gastos similares		52 181,62	37 071,40
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-171 813,26	352 471,33
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-25 627,63	-19 467,48
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		95 469,21	105 227,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		69 841,58	95 469,21

A Direcção

Contabilista Certificado (5594)

João Manuel Gonçalves
CERCIPOVOA
COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO
CIDADÃOS INADAPTADOS, C.R.L.

Paulo 6012, 1/1/18